

Olga Almeida

(Doutoranda em Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Citação: Almeida, Olga, "A (Im)possibilidade da Utopia na *Declaração do Milénio das Nações Unidas*", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 12 (2011). ISSN 1645-958X. <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id05id164&sum=sim>>

We must not fail the billions who look to the international community to fulfil the promise of the Millennium Declaration for a better world. Let us meet in September to keep the promise: eradicate extreme poverty and hunger;¹ achieve universal primary education.²

UN Secretary-General Ban Ki-moon, September 2010

Desacredita esta declaração o pensamento utópico? Tomando por verdadeiro o facto de que os problemas sociais que levaram à "criação" de utopias desde Thomas More, em larga medida ainda prevalecem e, assumindo a possibilidade de as utopias serem realizáveis ou pelo menos funcionarem como exortação à mudança, o que tem então falhado na eficácia do pensamento utópico?

Segundo Saage é muito importante considerar os contextos sociopolíticos que estão na base da criação das utopias, uma vez que elas criam "contra mundos". Desde Thomas More que as utopias respondem a crises contemporâneas em contextos sociais e mesmo globais (Saage 2006: 153). No renascimento os utopistas reagiam às arbitrariedades do absolutismo, aos privilégios dos senhores feudais e à exploração da força de trabalho humana pelo capitalismo emergente. No século XIX as utopias tentavam reparar construtivamente as misérias sociais decorrentes da revolução industrial que teimam em prevalecer no século XXI.

Apesar da injustiça social prevalecer, podemos afirmar que o pensamento utópico provocou mudanças relevantes no mundo e na vida do ser humano ao nível do pensamento filosófico e político, bem com na concretização de espaços³ reinventados que se revelaram eficientes na resolução de problemas sociais e se transformaram em lugares claramente melhores para os seres humanos envolvidos. Na verdade, e adoptando como ferramenta conceptual a teoria de Yona Friedman desenvolvida na sua obra *Utopies Réalisables*, é possível distinguir o realizável do irrealizável no pensamento utópico. Friedman considera que a crença em utopias únicas e superiores (herança da cultura grega e do cristianismo) é uma característica do ocidente e resulta em utopias irrealizáveis pela impossibilidade de estabelecer redes de comunicação eficazes e capazes de motivar todos os intervenientes na construção da utopia (2008: 68-9). Continuando a citar Friedman, Utopias Universais como a paz mundial ou a justiça social a um nível macro, são impossíveis, não porque sejam contrárias à natureza humana como alguns afirmam, mas porque a um tão grande nível não é possível alcançar o consenso através da persuasão, condições necessárias à realização de utopias.

Na declaração do milénio das Nações Unidas, os Estados Membros reconhecem a necessidade da mudança ao afirmar: "Children growing up in poverty and social exclusion are less likely than their better-off peers to do well in school, enjoy good health, and stay out of dealing with criminals justice system" (2000). A tónica posta na educação faz-nos recuar cerca de dois séculos até New Lanark e a *New View of Society* de Robert Owen no qual este afirmava:

Train any population rationally, and they will be rational. Furnish honest and useful employments to those so trained and such employments they will greatly prefer to dishonest or injurious occupations. It is beyond all calculation the interest of every government to provide that training and that employment; and to provide both is easily practicable. (Owen 1991: 72)

New Lanark

Segundo a sugestão de Saage (2006: 153) importa contextualizar New Lanark. Recuando até ao início do século XIX numa Inglaterra vivendo o positivismo decorrente do Iluminismo em pleno período de

Revolução Industrial, tudo se transformava a um ritmo acelerado. Assistimos simultaneamente a um desenvolvimento sem precedentes e ao aparecimento de uma nova classe, o proletariado cujo nível de vida era tão baixo que rapidamente se tornou um problema social sério (Briggs 1998: 198). Apesar de a riqueza aumentar, o estado de pobreza aumentava escandalosamente, só na cidade Londres viviam cerca de 2000 pedintes (Woodward 1962: 2-3). Grassavam os problemas de saúde pública originados pelas péssimas condições de habitação e por populações bestializadas pelo excesso de consumo de álcool e pela ignorância.

New Lanark transformou-se pela acção de Robert Owen num espaço que pode ser considerado uma utopia realizada. Não tendo sido nem filósofo nem pedagogo, mas sim um gestor de reconhecido mérito, Robert Owen testou e provou em New Lanark que a melhoria de condições de vida dos trabalhadores, não só era compatível com lucros pecuniários como até os aumentava. Com efeito, e inspirado nas teorias de Godwin, Robert Owen partia do princípio de que o homem não poderia ser responsabilizado pelos seus actos enquanto vivesse na ignorância e na miséria, sendo estes os factores geradores da violência, da criminalidade e do ócio.

Nos seus Ensaios compilados em *A New View of Society*, apregoava a necessidade de promover a felicidade para todos numa sociedade que garantisse a saúde, educação e algum bem-estar económico. Na verdade um dos principais problemas com que Robert Owen se debateu inicialmente em New Lanark, era o comportamento dos operários que, constantemente alcoolizados eram violentos, pouco produtivos e se envolviam em actos de roubo e rixas. Owen propôs-se erradicar o vício e os comportamentos pouco adequados sem recorrer ao castigo corporal ou à moral religiosa⁴. Providenciou habitações mais condignas para os trabalhadores sem, no entanto deixar de os responsabilizar na manutenção das boas condições de higiene e ordem da povoação. Refutou a eficácia da Poor Law⁵ e das Workhouses na solução da extrema pobreza e do desemprego a que estavam votados muitos britânicos, provando com o sucesso pecuniário alcançado em New Lanark, que os trabalhadores podiam ser produtivos e ter uma vida saudável, sem vícios e sem crimes vivendo em meios com boas condições, através de uma educação baseada na razão e para todos e de uma maior justiça na distribuição da riqueza. O bem da humanidade não estava na prática religiosa, mas na capacidade que a população de uma comunidade tinha em reconhecer que a felicidade individual residia na bondade humana, ou seja na capacidade de contribuir para a felicidade dos outros e a educação tornou-se uma aposta para solução dos problemas sociais coevos.

O seu Instituto para a Formação do Carácter transformou-se no ex-líbris de New Lanark e uma referência para muitos intelectuais, políticos e gestores que visitavam este local e se admiravam com o grau de educação atingido pelos filhos de trabalhadores que os recebiam com danças e cânticos, boas maneiras e ar de felicidade (Donnachie 2000: 170-1)

Robert Owen tem-se revelado, apesar das contradições e das acusações de diferentes sectores da sociedade, um visionário e como Claves defende na sua introdução a *New View of Society* (1991: xxxi) todas as gerações vão encontrar pontos de interesse sejam ao nível social e na melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos, sejam ao nível da ecologia e da apologia de micro sociedades auto sustentáveis. As “aldeias cooperativas” preconizadas por Owen pretendiam ser uma solução para o problema de extrema pobreza e uma alternativa eficaz á dependência da caridade estatal. Estas aldeias aparecem como espaços utópicos na distopia do capitalismo. Aos espaços distópicos das grandes cidades, contrapunha Owen os espaços mais pequenos onde o “consentimento” permitia a construção de uma colectividade onde o individuo tinha melhores oportunidades de ser feliz.

Mantenhamos então New Lanark como pano de fundo a uma pequena comunidade intencional a surgir em Portugal: a Vista Alegre.

Num contexto histórico completamente diverso, caracterizado por uma grande instabilidade política agitada pelas lutas liberais, num Portugal com uma economia atrasada e uma industrialização verdadeiramente incipiente, a um de Julho de 1824, D. João VI concedeu alvará à fábrica de porcelanas da Vista Alegre, uma localidade sem foro pertencente a Ílhavo.

Na Vista Alegre é dado relevo à história de uma fábrica pioneira no fabrico de porcelana, mas é sobretudo na organização social peculiar que a transformou num modelo paternalista visando construir uma micro sociedade, que reside o seu grande interesse e inovação. Tão importante como a criação de uma indústria, foi o relevo dado a aspectos caros ao seu fundador José Ferreira Pinto Basto e que se prendiam com a educação dos operários e a criação de espaços físicos que favorecessem o renascimento de um homem novo num quadro de extrema pobreza em que a maioria da população portuguesa vivia.

O traço distintivo desta comunidade reside na vontade de um homem em conceber um espaço onde problemas sociais coevos fossem solucionados de acordo com as suas convicções, não esquecendo que a solução foi aceite e consentida pelo grupo a que se destinava. Com efeito o consentimento por parte dos

trabalhadores e respectivas famílias reconhece-se em marcas que denotam o seu envolvimento na construção não apenas de uma fábrica, mas sobretudo na criação de uma comunidade que se distingue de todas as outras pela cumplicidade dos seus obreiros - família do fundador e os seus trabalhadores.

São várias as questões de interesse em torno de um espaço concebido para albergar uma população que não tinha um passado comum, e que tanto se assemelhava ao modelo arquitectónico e de organização social das aldeias cooperativas concebidas por Robert Owen. As pessoas que para aqui vieram viver, eram oriundas de locais muito díspares do país. Logo desde o início é muito claro que a finalidade não era apenas agrupar e albergar pessoas com o objectivo de recrutar mão-de-obra para esta fábrica. Havia a intenção de criar ou formar um tipo de pessoas com o perfil desejado. Na verdade o criador iria moldar os seus trabalhadores de acordo com o seu padrão moral. Todas as aprendizagens eram facultadas pelo patrão que se afirmava como o mentor desta comunidade e desta população. Para serem contratados os aprendizes deviam não só ter atingido um bom nível de proficiência ao nível da arte de trabalhar o vidro e a porcelana, mas também na aquisição de uma educação delicada assim como o domínio de um instrumento musical. As raparigas aprendiam a costurar, a bordar e a tratar das casas para que as mantivessem limpas e bem cuidadas.

Havia claramente um carácter regulador na selecção dos habitantes. Era combatido o alcoolismo, a violência bem como “maus comportamentos”. Todos tinham o dever de preservar o espaço comum e até de os melhorar.

A par com estes deveres, os habitantes (note-se que apenas passavam a este estatuto depois de serem admitidos como trabalhadores da fábrica correspondendo ao perfil desejado) tinham direito ao trabalho, à protecção na doença, a melhores condições sanitárias, à habitação, e a uma alimentação mais cuidada através de uma cooperativa onde se vendiam os produtos da quinta. À semelhança do que acontecia em New Lanark, a Vista Alegre teve uma moeda própria que permitia aos seus habitantes comprar o que era produzido na quinta. Em contrapartida, esta era uma forma de aumentar os lucros e otimizar os recursos da comunidade.

O lazer também fazia parte da vida desta comunidade. Desde a sua fundação que existia uma banda de música e um teatro onde se declamavam monólogos e representavam peças. Os proprietários da Vista Alegre consideravam que a música e o teatro eram a par com a escola uma forma eficaz de instrução e educação. Para além dos efeitos recreativos, estas actividades eram uma eficaz alternativa à taberna, ao álcool, ao vício e ao ócio (aspectos tão combatidos também por Robert Owen).

A Vista Alegre terá sido pensada e projectada para ser uma comunidade auto-suficiente. Tinha uma quinta agrícola, uma cooperativa, uma corporação de bombeiros, uma cantina, um museu, uma equipa de futebol, uma banda de música, uma companhia de teatro, moeda, capela, santa padroeira e um exército que foi criado para intervir nas lutas liberais.

Na verdade dois séculos depois, a pobreza extrema e a falta de dignidade reconhecida às classes mais desfavorecidas ainda se mantêm. Apesar de à entrada do novo milénio as nações Unidas terem declarado como objectivo prioritário a erradicação da pobreza e a União Europeia ter declarado 2010 o Ano Internacional de luta contra a pobreza, a consecução destes objectivos parece estar comprometida.

Será esta declaração das Nações Unidas uma utopia (ir)realizável? E se afinal se cumprirem as profecias de Robert Owen? Talvez a Educação assuma o papel dos utopistas na recriação de espaços mais justos onde a dignidade humana se cumpra em todas e cada comunidade de homens e mulheres.

Referências Bibliográficas

Briggs, Asa (1998), *História Social de Inglaterra*, Lisboa, Editorial Presença.

Donnachie, Ian (2000), *Robert Owen: Owen of New Lanark and New Harmony*, Scotland, Tuckwell Press.

Friedman, Yona (2008), *Utopies réalisables*, Paris, Editions de l'éclat, 2008.

Owen, Robert (1991), *A New View Of Society And Other Writings*, introduction by Gregory Claeys, England, Penguin Books.

-- (1976), *Uma Nova Conceção De Sociedade*, introd. De Luísa de Leal Faria, Braga, Textos Filosóficos.

Saage, Richard (2006), “Socio-political utopianism and the demands of the 21st Century”, *Spaces of Utopia: An Electronic Journal*, nº 2, Summer 2006, pp. 150 – 164.

Soja, Edward W. (1999), *Postmodern geographies: The reassertation of space in critical social theory*, London, Verso.

Woodward, Llewellyn (1962), *The Age of Reform- England 1815-1870*, Oxford, Oxford University Press.

Notas

¹ Em 2010, cerca de 920 milhões de pessoas viviam abaixo da linha internacional de pobreza.

² Em 2010, cerca de 70 milhões de crianças não frequentavam a escola.

³ O espaço, neste contexto, pressupõe o conceito de espacialidade defendido por Soja: “The generative source for a materialist interpretation of spaciality is the recognition that spaciality is socially produced and, like society itself, exists in both substantial forms (concrete spatialities) and as a set of relations between individuals and groups, an ‘embodiment’ and medium of social life itself”(1999: 120).

⁴ No seu *Third Essay, The Principle of the Former Essays Applied to a Particular Situation*, Owen questionava a validade dos diferentes credos religiosos e refutava o princípio do livre arbítrio. Ao considerar o homem como fruto do meio este não podia ser responsabilizado pelo seu carácter ou pelos seus actos, retirava qualquer sentido ao pecado, bem como à recompensa ou punição, utilizadas pela religião para a remissão dos pecados. Criticou o uso da Bíblia no ensino, explicando que os filhos dos trabalhadores eram ensinadas sem compreender os textos, e aprendendo matérias inúteis tornar-se-iam adultos ignorantes e, por isso, atraídos pelo vício, a preguiça, o ócio, a pobreza e o crime (Owen 1991: 50-1).

⁵ “Poor Law” era a lei que promulgava assistência obrigatória aos pobres e indigentes e cuja origem remonta ao fim da Guerra das Rosas e à dinastia Tudor. Este sistema consistia no pagamento obrigatório de uma taxa por parte dos proprietários de uma determinada paróquia sendo depois distribuída pelos pobres. No final do século XVIII, a grave crise económica que assolou a Inglaterra na sequência das más colheitas e da guerra com França, os camponeses encontravam-se na iminência de morrer de fome, facto que levou os juizes a instituir uma espécie de salário mínimo calculado com base no preço do pão. Os pobres recebiam uma espécie de subsídio de acordo com o agregado familiar. Esta medida tinha um efeito perverso pois os patrões mantinham os salários baixos fazendo com que os pobres mesmo trabalhando necessitassem de recorrer à caridade para sobreviver. Esta medida foi substituída pelas “Workhouses”, que passaram a ser a única forma de assistência à pobreza. Nestas casas o trabalho e as condições providenciadas eram as piores para que os trabalhadores não tivessem vontade de recorrer à caridade (Faria 1976: 154).